

Quadro 2 – Histórico do Livro Didático

Órgão	Ano	Objetivo	Alvo	Responsável pela criação	A quem se destina
Instituto Nacional do Livro (INL)	1929 - 1976	Legislar sobre políticas do livro didático; Legitimar o livro didático e auxiliar no aumento de sua produção.	Escolas públicas	Estado	
Comissão Nacional do Livro Didático (CNLD)	1938	Legislar e controlar a produção e a circulação do livro didático no país.	Escolas públicas	Estado - Decreto-Lei nº 1.006, de 30/12/1938	
CNLD	1945	Consolidar a legislação sobre as condições de produção, importação e utilização do livro didático.	Escolas públicas	Estado Decreto-Lei nº 8.460, de 26/12/1945	Define o professor como responsável pela escolha do livro didático
Comissão do Livro Técnico e Livro Didático (COLTED)	1966 - 1971	Coordenar as ações referentes à produção, edição e distribuição do livro didático.	Alunos do E.F.	Acordo MEC/ USAID até 1969	Escolas públicas de E.F. brasileiras
Fundação Nacional de Material Escolar (FENAME)	1967 - 1970	Distribuição de material didático e livros didáticos.	Alunos do E.F.	Estado	Escolas públicas de E.F. brasileiras
INL	1970 - 1976	Implantação do sistema de co-edição com as editoras nacionais.		Portaria Ministerial nº 35/70.	Escolas públicas de E.F. brasileiras
Programa do Livro Didático para o EF (Plidef)	1971 - 1985	Implantar sistema de contribuição financeira para o Fundo do Livro Didático.	Alunos do E.F.	Estado / INL / COLTED -Decreto nº 68.728, de 08/6/1971	Escolas públicas de E.F. brasileiras
FENAME (sofre modificações)	1976 - 1983	Responsável pela execução do programa do livro didático. Insuficiência de recursos a maioria das escolas é excluída do programa.	Alunos do E.F.	Estado/ MEC/ INL / FNDE - Decreto nº 77.107, de 4/02/1976	Escolas públicas de E.F. brasileiras
FAE – incorpora o PLIDEF	1983 - 1985	Examinar, distribuir livros didáticos. Participação dos professores na escolha dos livros e a ampliação do programa com a inclusão das demais séries do E.F.	Alunos do E. F.	Estado/ MEC / I N L	Escolas públicas de E.F. brasileiras
Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) – substitui o PLIDEF	1985 - 1997	Distribuição de livros didáticos.	Alunos do E. F.	Estado/ MEC / I N L/ FAE - Decreto 91.542, de 19/8/1985	Escolas públicas de E.F. brasileiras
PNLD	1992	Restrição na distribuição do livro didático	Alunos da 4ª série	MEC/ FNDE	Escolas públicas de E.F. brasileiras
PNLD	1993	Vinculação de recursos próprios Para a aquisição dos livros didáticos.	Alunos do E.F.	MEC/FNDE Res. 06/07/1993	Escolas públicas de E.F. brasileiras
PNLD	1995	Universalização do livro didático no E.F. – Português e Matemática.	Alunos do E.F.	MEC/FNDE	Escolas públicas de E.F. brasileiras
PNLD	1996	Universalização do livro didático no E.F. – Ciências.	Alunos do E.F.	MEC/FNDE	Escolas públicas de E.F. brasileiras
PNLD	1997	Universalização do livro didático no E.F. – Geografia e História.	Alunos do E. F.	MEC/FNDE	Escolas públicas de E.F. brasileiras
Extinção da FAE	1997	Ampliação do programa de distribuição do livro didático.	1ª a 8ª séries do E.F.	Estado / MEC/FNDE	Escolas públicas de E.F. brasileiras
PNLD	2000	Distribuição de dicionários e livros didáticos de língua portuguesa.	1ª a 4ª séries do E.F.	Estado / MEC/FNDE	Escolas públicas de E.F. brasileiras
PNLD	2001	Distribuição de livros didáticos em braile	Portadores de DV	Estado / MEC/FNDE	Classes regulares das escolas públicas de E.F.
PNLD	2002	Distribuição de dicionários	1ª, 5ª e 6ª séries do E.F.	Estado / MEC/FNDE	Escolas públicas de E.F. brasileiras
PNLD	2003	Distribuição de dicionários	7ª e 8ª séries do E.F.	Estado / MEC/FNDE	Escolas públicas de E.F. brasileiras
PNLD	2004	Reposição de dicionários e distribuição de livros didáticos de todos os componentes curriculares	1ª a 8ª séries do E.F.	Estado / MEC/FNDE	Escolas públicas de E.F. brasileiras
Implantação do PNLD para o Ensino Médio (PNLEM)	2005	Distribuir de forma progressiva o livro didático para o Ensino médio.	Alunos do E.M.	Estado / MEC / FNDE - Resolução nº 38/204	Escolas públicas que ofertam E.M.
Plano Nacional do Livro e da Leitura (PNLL)	2006	Melhorar a realidade da leitura no Brasil; democratizar o acesso ao livro; fomentar a leitura e a formação do leitor; apoiar a economia do livro.		Estado/ MEC/ FNDE	

Fonte: Boletim Informativo “Notícia - dos primeiros números até o presente momento; Documentos Oficiais do FNDE: Resoluções, Decretos e Portarias; Elaboração: Regina Janiaki Copes.